

ATA Nº9

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 30 de abril de 2015.** -----

-----Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/02/2015.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO 24 DE FEVEREIRO A 27 DE ABRIL DE 2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO - ANOS 2015 E 2016;**-----

----- **PONTO TRÊS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS;** -----

----- **PONTO QUATRO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE GESTÃO DO IERA (INCUBADORA DE EMPRESAS DA REGIÃO DE AVEIRO) – POLO DE VAGOS;** -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira e Tony Richard Almeida em substituição de Manuel Marcelino Santos Manangão, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal e António Bastião, eleitos na lista do CDS. -----

----- Mário Batista Tarenta e Carla Filipa Ferreira Gouveia, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de

freguesia de Ouca; Cláudio Curto em substituição de Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos Amílcar de Oliveira Raimundo; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores deputados Manuel Marcelino Santos Manangão e António Carlos da Cruz Maia. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé e senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/02/2015.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 28 de fevereiro de 2015 tendo a mesma sido aprovada **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão: os senhores deputados Ana Paula Mourão, Carla Gouveia e António Carlos Maia. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 28 de fevereiro a 30 de abril de 2015. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica as faltas dadas pelos senhores deputados Manuel Marcelino Manangão e António Carlos Maia à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- A senhora deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que a Juventude Socialista levou a cabo um estudo sobre a opinião dos jovens acerca do Cartão Jovem Municipal e os resultados não deixam dúvidas, as percentagens são bastante altas quase unânimes: 94% considera que seja uma medida positiva mas também necessária em Vagos tanto para os jovens como para o comércio e 87% admitem fazer mais compras se possuísem os benefícios associados a este cartão. Não está aqui a ser falado nada de novo, nenhum projeto novo e nem de um aumento colossal na despesa pública e sim de um cartão que oferece descontos no comércio e serviços dentro do Município de Vagos para jovens desde os doze até aos vinte e nove anos inclusive. Este cartão associa-se ao Cartão Jovem Europeu, é apoiado pela Associação Nacional de Municípios e é reconhecido como uma boa prática no âmbito das políticas da juventude e já foi adotado por bastantes Municípios. Sendo assim, e tendo em conta que o Município de Vagos tem bastante variedade de comércio e de serviços, perante uma mínima divulgação, a senhora deputada acredita que se irá criar uma nova dinâmica económica, como por exemplo um

aumento do volume das vendas. O grupo municipal do PS considera que é uma ótima medida para a juventude e para a economia local e não conseguem compreender como é que Vagos ainda está na cauda neste tipo de medidas e apelam para que aderiam o mais breve possível. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado José Martins para tecer algumas observações e começou por fazer referência às obras na Praia da Vagueira. Está a aproximar-se a época balnear e a preocupação do senhor deputado é se as obras, que neste momento estão a decorrer, estarão prontas a tempo. Ainda referindo-se à Praia da Vagueira ficou um pouco espantado e questionou-se sobre o que é que terá levado o executivo a transportar/colocar uma pá eólica nesta localidade não percebendo esta relação e perguntou de quem foi a ideia. Entretanto, perguntou para quando começar a pensar no Centro da Vila e em algumas obras necessárias para que o tão falado comércio local colha alguns clientes que andam desavindos aqui destas zonas. O senhor deputado referiu-se, também, às vedações que estão frente à Biblioteca Municipal que já estão a apanhar alguma ferrugem, o que lhe dá muito mau aspeto, e para quando a sua retirada para que a Vila de Vagos passe a ter outra dignidade. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu e usou da palavra e disse que queria aproveitar este período antes da ordem do dia para abonar em nome do CDS-PP dois temas: o primeiro deles refere-se as tragédias ocorridas no Nepal e no Mediterrâneo; o segundo refere-se ao Canal de Mira. Quanto ao primeiro o senhor deputado quis expressar um sentimento de pesar pelas milhares de vítimas, provocado pelo abalo sísmico em Katmandu, no Nepal. Relembrou, também, os milhares de mortes daqueles cidadãos que buscam na Europa a paz, o pão, a educação, a saúde e a habitação, ou seja, uma vida com dignidade que os seus países de origem ainda não conseguem oferecer. Esta situação é horrível, este desastre humano onde se vem crianças, menores não acompanhados, a entrar pela Europa para além dos que ficam nas águas do mediterrâneo. A segurança destas pessoas, porque a Europa tem aqui um dever de solidariedade e de alterar algumas políticas de migração, deve estar acima de tudo, é preciso priorizar a vida das pessoas em vez do controlo das fronteiras. Nesta questão a Europa tem de acordar perante este drama, e nós também somos Europa. Quanto ao segundo tema, o Canal de Mira, o senhor deputado referiu que na última sessão o senhor Presidente da Câmara não respondeu a algumas questões por si colocadas mas há uma que dado o seu impacto voltou a fazê-la e gostaria que lhe fosse respondida: *“Entende o senhor Presidente da Câmara, ou não, que a limpeza, ou a drenagem ou a intervenção, chama-lhe o que quiser, do Canal de Mira contribui e afeta de forma incontornável o desenvolvimento turístico do Concelho e da Região?”*-----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Ana Paula Mourão e perguntou se já há uma data prevista para o início de alguma intervenção no Centro da Vila, nomeadamente a criação de estacionamento, uma vez que é um assunto que deve ser resolvido com alguma urgência de modo a que as pessoas tenham acesso aos diversos serviços sem ter sempre aquele problema dos veículos mal estacionados. -----

----- O senhor deputado Hermes Fernandes usou da palavra para felicitar a Câmara Municipal pela coorganização do Campeonato do Mundo de Artes Marciais, pois foi um evento que trouxe muito a Vagos, embora também seja importante saber se financeiramente o retorno foi bem conseguido ou não. Salientou, também, que Vagos conseguiu mais um grande evento a nível nacional, neste caso o

Nacional Clube de Atletismo, que se realizará no próximo dia 14 de junho e que muito prestígio trará a este Concelho e perguntou se o retorno financeiro virá a ser benéfico. O senhor deputado disse, ainda, que é de salutar o apoio que tem sido dado às provas de BTT que se têm realizado no Concelho, pois Vagos tem excelentes condições para a realização desta prática desportiva e seria altura da Câmara começar a pensar num centro de estágios para poder dar aso aquilo que tem sido feito pelas associações. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado César Grave e perguntou o seguinte: *“Para uma melhor qualidade de vida e segurança dos vaguenses e uma melhor fluência do tráfego para quando a circular a Vagos? Além disso, nota-se uma fronteira extrema de Vagos para Ílhavo, com a ponte a demarcar o fim de Vagos e o início de Ílhavo. Para quando a reparação da rua dos Cardais?”* -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor Fernando Vieira, presidente da Junta de Freguesia de Soza, e começou por felicitar o senhor Presidente da Câmara pela conclusão de uma obra na freguesia de Soza, referindo-se à intervenção feita na estrada do Ribeiro. Mas a felicitação pela conclusão da obra que evita os vários acidentes que ali vinham a acontecer vai também no sentido daquela espécie de pista ciclo pedonal, e o senhor Fernando gostava muito que o resto do Concelho fosse assim. Este tipo de obras são sempre de louvar e deixou a ideia de aproveitamento de algum alcatrão que possa haver, uma vez que tem berma suficiente, com alguma pintura, a vermelho, e automaticamente fica feita uma pista ciclo pedonal barata e que dá beleza às ruas do Concelho. O senhor Fernando referiu, ainda, espera que este executivo nunca pense em fazer um trabalho como está a ser feito em Leiria e Pombal, numa rua da Guia, onde andaram a partir o alcatrão para meter calçada portuguesa, que é bonita mas aquela é uma rua principal que os peregrinos levam para ir a Fátima a pé e é impossível fazê-lo por cima daquele piso. Aqueles autarcas estão a estragar dinheiro e a meter as pessoas a andarem pelo meio da estrada que é o sítio destinado aos carros. Outra questão que abordou prende-se com a transferência de competências e a liquidação das tranches, ou seja, o senhor Presidente de Junta pensa que tinha ficado acordado março, junho, setembro e novembro e está-se a chegar a maio e ainda não há verbas transferidas e perguntou para quando está previsto que aconteça. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal e referiu-se às obras da POLIS, isto é, elas eram para ser inauguradas, ou estarem acabadas, em fevereiro de 2014 e no fim de abril de 2015 ainda não se sabe quando é que vão acabar e quando é que vão ser inauguradas. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado António Bastião e fez referência à estrada que vai do lugar de Fontão ao lugar de Salgueiro que sendo uma estrada que alberga muito fluxo, porque uma grande parte das pessoas trabalha em Aveiro e utiliza esta via, não está nas melhores condições de circulação. O senhor deputado é interpolado várias vezes, sobre este assunto, e por isso gostaria de saber para quando uma intervenção naquela zona. Outra questão é a da Biblioteca, ou seja, para quando a inauguração da Biblioteca Municipal. -----

----- O senhor deputado Juan Martins pediu e usou da palavra e referiu que se tem visto, ultimamente, que Vagos tem estado no centro de políticos nacionais, tendo havido há pouco tempo a visita do Dr. Paulo Portas. O senhor Juan Carlos perguntou como decorreu e em que é que se centrou essa visita. Outro assunto que tem estado no centro das atenções é a questão do investimento no Concelho de

Vagos, ou seja, têm-se visto o interesse constante de algumas empresas em trazer os seus centros de trabalho para o Concelho de Vagos. Assim sendo, perguntou ao senhor Presidente o que é que há de novo em termos de empresas e investimento no Concelho de Vagos. Outra questão que colocou prende-se com o Balcão do Cidadão, ou seja, em que ponto é que se encontra este assunto. -----

----- Por último pediu e usou da palavra o senhor Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e deixou uma pergunta em relação aos alcatroamentos na sua Freguesia pois continua-se com aquela estrada bastante degradada, que é a estrada principal e que tem bastante movimento, e a causar bastantes estragos aos veículos que por ali passam. O senhor Presidente da Câmara já referiu algumas vezes de que a estrada iria ser alcatroada e o senhor Albano queria saber se já há alguma data definida para se iniciarem esses trabalhos nessa rua e nas outras já identificadas. O senhor Albano referiu-se ainda às árvores que se encontram num passeio em Carregosa, questão várias vezes aqui referida pelo senhor deputado Mário Castelhana, e disse que tem por lá passado algumas vezes e de facto foram cortadas mas deixaram lá os troncos o que, a seu ver, não faz muito sentido. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores deputados. Relativamente à questão da senhora deputada Carla Gouveia, o Cartão Jovem Municipal, tomou boa nota da sugestão e haverá oportunidade, com certeza, de discutir este assunto na reunião do Conselho Municipal da Juventude. Quanto às questões levantadas pelo senhor deputado José Martins referiu que em relação às obras na praia da Vagueira a Câmara Municipal tem feito um investimento no sentido de a requalificar e de lhe dar melhores condições. Evidentemente que o executivo tem perfeita consciência que quando se inicia uma intervenção ela é sempre alvo de críticas. Também no início das obras da defesa aderente a Câmara Municipal e o próprio Presidente foi abordado várias vezes sobre este assunto ouvindo que a obra estava mal, que ia tapar a visão do mar, que iria causar imensas dificuldades, enfim, foram imensos os problemas levantados. A Câmara Municipal fez um acompanhamento de bem de perto à execução da obra, principalmente a senhora Vereadora Sara Caladé que teve sempre um acompanhamento muito próximo daquela intervenção, e felizmente o resultado final, ou quase final, tem sido bastante positivo. Não é verdade que aquela obra tenha tapado mais a visibilidade do mar do que a defesa aderente que já lá estava. O que acontece é que naquela obra o muro é construído à cota da pedra e agora como é deslocado mais para o interior da praia é evidente que tapa ligeiramente mais o ângulo de visão, mas o muro não aumentou mais do que aquilo que estava. Aquela obra dota a praia da Vagueira de uma espécie de “calçada” que permite a fruição de uma avenida com três metros e sessenta na parte de cima da defesa aderente que proporciona às pessoas, de facto, usufruírem de um belo passeio à beira-mar, quer seja de bicicleta quer seja a pé e a possibilidade de se fazer o percurso até à praia do Labrego. As obras estão quase terminadas, fazem falta sobretudo duas questões que do ponto de vista técnico uma consegue-se resolver esta semana, que tem a ver com a questão do licenciamento da infraestrutura elétrica, da iluminação que vai ter na parte de cima. A segunda questão que tem a ver com as escadas, com a ligação da parte de cima ao areal, e que pelas dificuldades e pela variabilidade das areias que são depositadas ainda não houve espaço para fazer. A ideia é construir-se quatro escadas que sejam

amovíveis para que possam ser retiradas no inverno e colocadas durante o verão. A questão é que com o diferencial de cota das areias na parte de baixo não tem sido fácil arranjar essa solução. De todas as formas a garantia é que a obra estará concluída em breve, e o senhor Presidente garante que no início da época balnear, que iniciará a 20 de junho, a obra estará concluída para a utilização dos banhistas, embora o objetivo seja que a obra esteja pronta bastante antes. Relativamente à segunda questão que tem a ver com a instalação do monumento, embora o que lá esteja agora seja uma pá eólica, em que o objetivo é a instalação de uma escultura da autoria de um dos mais conceituados escultores da atualidade em Portugal, Paulo Neves. Esta iniciativa partiu sobretudo da sociedade civil que em conjunto com a empresa Ria Blades cedeu ao Município aquela pá eólica que lá está instalada, num valor aproximado de cem mil euros, a título gratuito para que essa escultura fosse realizada. A possibilidade de se ter uma escultura a um preço simbólico, porque a câmara irá, eventualmente, apoiar em algumas atividades que vão ser feitas à volta da conceção do monumento. Mas quer a pá quer a intervenção do escultor serão por conta desse conjunto da sociedade civil que resolveu apresentar essa proposta à Câmara Municipal. Entretanto, têm surgido algumas críticas, o que é perfeitamente natural, porque para uns é uma obra de arte para outros é um papel, uma pintura e cada um aprecia a arte conforme a entende. Agora, há uma coisa que o senhor Presidente tem a certeza é que, e aliás até foi uma decisão votada por unanimidade e com palavras subscritas por todos os vereadores e o próprio de elogio à iniciativa da sociedade civil, esta uma iniciativa interessante que pode até catapultar e colocar a praia da Vagueira num mapa onde, realmente, não há muita arte contemporânea no Concelho de Vagos. O executivo entendeu, e continua a entender, que a instalação daquele monumento, daquela escultura, daquele tamanho associado a um dos maiores escultores portugueses da atualidade será uma chamariz e um atrativo para a praia da Vagueira. Entretanto, enquanto a obra não estiver concluída irá haver sempre muitas críticas e o senhor Presidente pediu que dentro das dúvidas que possam existir se dê nota de tudo o que aqui acabou de ser referido, porque está em crer que no fim, da obra concluída, a Vagueira ficará muito melhor e mais reconhecida sobretudo numa lógica onde não existia nada dentro do género. Em relação à questão do Centro da Vila, e ao contrário do que às vezes se faz crer, a Câmara Municipal não está atrasada relativamente à concretização da delimitação da área de reabilitação urbana e da definição da estratégia de reabilitação urbana, ou seja, está muito a tempo. Aliás, ainda nem abriram os avisos para se puder apresentar o financiamento para o projeto que está em curso e como se sabe têm havido constantes adiamentos relativamente à entrada em vigor destes avisos de procedimentos. Entretanto, está a ser desenvolvido o trabalho de delimitação de área de reabilitação urbana, mais à frente que alguns municípios, sendo que alguns já fizeram esse trabalho, até por força do quadro comunitário anterior, e Vagos está a fazê-lo agora. O objetivo deste trabalho passa precisamente por revitalizar o comércio, o centro urbano, quer através de intervenções próprias do Município quer através de intervenções feitas por particulares, e que terão, para essas intervenções, dentro daquilo que é a estratégia de reabilitação urbano, benefícios fiscais, por exemplo, para essas mesma intervenções. A ideia no país é revitalizar os centros urbanos porque, como se sabe, as pessoas têm fugido para as periferias deixando as casas mais antigas desabitadas nos centros urbanos e esta situação não acontece só em Vagos, acontece um pouco por todo o país. Relativamente à Biblioteca Municipal foi

feita a recessão provisória da obra, foram lançados os procedimentos e já está a ser feito o devido equipamento e está a ser terminado o procedimento do fundo documental, ou seja, dos livros, DVD's e CD's que vão ser adquiridos. Entretanto, relativamente à intervenção dos estacionamento, essa informação vem referida no documento relativo ao ponto um da ordem de trabalhos, na parte das adjudicações, onde refere que foi adjudicada ao concorrente DVIA Construções Lda., pelo valor de noventa e seis mil cento e noventa e seis euros. Esta intervenção localiza-se na parte da frente da Biblioteca, nos arranjos exteriores, e depois disso estar-se-á em condições de ter a Biblioteca aberta ao público. No que respeita à inauguração é uma questão a analisar, porque o senhor presidente tem receio que depois os senhores deputados da oposição digam que o executivo anda a desbaratar dinheiro público a fazer inaugurações. Portanto, não se sabe ainda se vai haver inaugurações de todas as obras, por exemplo os centros escolares ainda não foram inaugurados. Quanto às questões levantadas pelo senhor deputado Mário Castelhana, obviamente, que o senhor presidente se associa a ele nas palavras relativamente às tragédias do Nepal e do Mediterrâneo, e recordou que já o havia feito nas cerimónias do 25 de Abril. No que respeita ao Canal de Mira é óbvio que é importante no desenvolvimento estratégico e turístico do Município e da Região e por isso mesmo é que não era só o Município de Vagos, ou seja, no âmbito da POLIS da Ria o objetivo era fazer-se o desassoreamento ou a limpeza da Ria de Aveiro neste atual programa. Ainda na segunda-feira houve reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que é feita uma por mês e uma em cada Município, em Aveiro no Cais da Troncalhada na Ilha dos Puxadoiros para onde foram e voltaram de barco. Uma das coisas que todos fizeram referência foi o mau estado em que a Ria está, nomeadamente com a questão da proteção das motas onde as pessoas, por iniciativa própria puseram os objetos mais estranhos que se possam imaginar a proteger para evitar que as ilhas desapareçam, desde pneus, resíduos de construção e demolição o que é uma coisa horrível para quem quer apresentar a Ria como um produto turístico. No Concelho de Vagos também há alguns desses problemas, não tão graves, porque a "exploração" da Ria não é tão intensiva, mas de facto precisa de ser desassoreado quer o Canal de Mira quer o Rio Boco. Tudo isto fazendo parte de um desenvolvimento turístico da região que tem na Ria o seu ponto principal. Esta é de facto uma região única nesse aspeto e a Ria não só do ponto de vista turístico mas do próprio ponto de vista da economia local é importante e tem de se dinamizar e não deixar morrer, quer seja no Canal de Mira quer seja no Rio Boco ou nos outros Canais da Região, ou até por fatores ambientais. O senhor deputado falou na sessão passada e na outra anterior sobre a questão de Mira que tem um problema muito complicado na Barrinha porque ela está de facto "a morrer", com a infestação de jacintos que existem por lá. Esse é um problema que afeta todos, desde Mira até Ovar, e espera-se que com o Estudo de Impacte Ambiental, que está ser desenvolvido, se possa estar no início do próximo quadro comunitário de apoios em condições de fazer essa limpeza ou desassoreamento. De facto tem de se ter em conta aquilo que se pretende como caudal mínimo para que a Ria na morra ou assegurar a navegabilidade, duas situações completamente diferentes relativamente aquilo que são as dragagens necessárias. Relativamente à intervenção do senhor deputado Hermes Fernandes e relativamente ao campeonato de All Styles a Câmara Municipal encomendou um estudo ao IPAM para fazer a análise de custo/benefício do evento, no sentido de saber o que é que cada um daqueles quatro mil atletas que

visitaram o Concelho deixou na Região, e em breve ter-se-á esses dados em cima da mesa. Quanto ao Nacional de Clubes de Atletismo houve aqui o retorno, este ano atendendo às circunstâncias, será sempre menor por uma razão: como se sabe terminou-se a obra da pista de atletismo municipal, há um bom tempo, mas não havia a maioria dos equipamentos necessários para fazer este tipo de provas. Com a vinda desta prova o Município foi, de uma certa forma, condicionado, mas por boas razões, a adquirir os equipamentos que infelizmente não puderam ser financiados por fundos comunitários, apesar do valor ser um pouco elevado para o retorno desta atividade em concreto. Agora, o executivo está em crer que tendo o Estádio Municipal devidamente equipado já há o compromisso, quer da Federação Portuguesa de Atletismo quer a Associação de Atletismo de Aveiro, de concretizar ali bastantes mais atividades num futuro próximo e num futuro de médio e longo prazo. Relativamente ao BTT esta modalidade tem ganho alguns novos praticantes, inclusive o próprio Presidente da Câmara Municipal, e de facto é uma das apostas que se quer fazer. Se verificarem no plano plurianual de investimentos aparece lá a referência ao Centro Municipal de BTT mas também é importante que para o desenvolvimento dessa estratégia, ligada ao BTT, que haja uma segunda fase da intervenção na Quinta do Ega e que tem a ver com a passagem para o lado de lá do rio. De facto nas encostas do rio, que vão desde a Pedricosa até Ouca passando depois mais para o interior, é onde se situam os trilhos mais interessantes e, portanto, a ideia do Centro Municipal de BTT ser instalado do lado de cá do rio e depois haver a passagem para o lado de lá através, obviamente, da construção de pontes que permitam a passagem. A Câmara municipal irá fazer uma tentativa, que está a ser trabalhada com a equipa de BTT do Sozense e a equipa Trepanelas que está associada à Associação de Pistas da Floresta, para realizar uma prova, agendada para 04 de junho, também bastante interessante que é o BTT noturno e que consiste numa prova de três horas de resistência. Entretanto, vai realizar-se em Santo André de Vagos uma prova de BTT e outra em Santa Catarina, que é realizada todos os anos. Mas, esta é de facto uma estratégia interessante de captar turismo através do desporto, e neste caso concreto através do BTT. A ideia, depois, é do lado de lá destes percursos criados marcá-los devidamente de acordo com a Federação Portuguesa de Ciclismo e a autarquia tem já dois funcionários formados para fazer esse trabalho e fazer a marcação dos trilhos de acordo com o grau de dificuldade. Depois, é só garantir que do lado de cá há condições para que os atletas possam lavar a bicicleta, tomar um duche antes de ir embora para depois fazerem as suas refeições por aqui e dinamizar também o comércio local. Quanto à questão da circular a Vagos e da reparação da Rua dos Cardais, referidas pelo senhor deputado César Grave, e respondendo a todas as questões sobre reparação de estradas, o senhor Presidente referiu que tem perfeita consciência de que o estado das vias do Concelho carece de uma intervenção. O que é curioso na intervenção do senhor deputado é que para além de haver necessidade de intervir nas vias que estão em mau estado ainda fala na criação de novas vias e o senhor presidente não entende a que é que se refere com a circular a Vagos, porque a circular a Vagos pode ser muita coisa. Agora, há uma coisa que o senhor presidente garante é que enquanto as estradas do Concelho se encontrarem neste estado de degradação que estão, tirando aquela questão do eixo para a competitividade que é ligação da A25 à Zona Industrial da Mota, à Zona industrial de Vagos e posteriormente à A17, a prioridade do executivo será retificar o seu mau estado. Porque, depois, não é possível falar em circulares e em grandes intervenções e grandes

obras e falar em redução de dívida. Relativamente à questão do senhor Presidente de Junta de Soza a estrada do Ribeiro está concluída, felizmente, atendendo aos perigos que apresentava no estado em que se encontrava antes da intervenção, o que deixa o senhor presidente bastante mais tranquilo. Compreende a preocupação do senhor Fernando Vieira relativamente à questão das pistas cicláveis e espera-se que daqui por dois anos e meio o Município possa estar dotado de uma rede de pistas cicláveis e para que isso aconteça está a fazer-se um grande esforço no enquadramento dos fundos comunitários para esse fim. Estas intervenções depois podem parecer um pouco estranhas mas o senhor Presidente é de opinião de que se Vagos quer ter uma rede de pistas cicláveis não deve ser feita uma intervenção nova, ou pelo menos devem ser bem estudadas para que estas já possam ter as pistas cicláveis. Por isso é que a pista ciclável na estrada do Ribeiro termina ali de uma maneira pouco ortodoxa, admite que sim, mas a questão é: *“era preferível não ter feito nada ou fazermos e agora termos ali uma possibilidade de continuidade?”* Na ótica do senhor Presidente é preferível fazer e deixar ali uma possibilidade de continuidade e já percebeu, pela reação, que o senhor Fernando Vieira concorda. Quanto à transferência de competências, como o senhor Presidente da Junta sabe, a transferência das verbas foi feita em outubro e depois em janeiro ou fevereiro, deste ano, como uma espécie de adiantamento no sentido de se deixar que as Juntas não fossem obrigadas a entregar os relatórios a que estão obrigadas. Neste momento está a ser articulada a entrega dos relatórios, e a Junta de Freguesia de Soza já enviou a informação que precisa de ser trabalhada o que não significa que não irá receber em breve as transferências que dizem respeito ao mês de março, embora haja algum atraso. Agora, também se requer aqui um esforço às Juntas de Freguesia para fazerem chegar os relatórios para que o executivo possa, comprovadamente, verificar que a *“adjudicação”* desta competência às Juntas de Freguesia permite poupar recursos à Câmara Municipal. É uma das condições, se bem se recordam, da transferência de competências, ou seja, que fique mais barato esta transferência de competências do que se fosse a Câmara Municipal a fazer. O Gabinete de Apoio à Presidência, na pessoa do Adjunto Pereira de Moura, trabalhará com os Presidentes de Junta no sentido de se ter um modelo de relatório que sirva os interesses das duas entidades, Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Quanto à questões levantadas pelo senhor deputado Óscar Pascoal, relativamente ao atraso das obras da POLIS, o senhor Presidente não sabe a que obras se refere porque as obras da POLIS são várias. O senhor Presidente tinha a ideia que já estava a ser utilizada a pista ciclável e pedonal da Vagueira à Costa Nova há muito tempo ou que, por exemplo, a reposição do Cordão Dunar também já está pronta há uns meses. Agora, se o senhor deputado se refere ao Cais do Moliço e as Folsas Novas esta obra está de facto com algum atraso porque como todos sabem, já aqui foi referido várias vezes, tem havido problemas com o empreiteiro. O executivo tem transmitido, formalmente e informalmente, à Sociedade POLIS a sua preocupação e insatisfação com a situação. A parte da Quinta do Ega já está aberta e em condições de ser utilizada, embora a entrega formal só se possa fazer na conclusão das duas partes da empreitada e o executivo tem manifestado essa preocupação junto da Sociedade POLIS. Mas este quase que era um ato escusado, porque a própria POLIS está a ser pressionada pelo POVT para executar os fundos comunitários que tem de ser executados rapidamente. A sociedade POLIS está a fazer tudo aquilo que está ao seu alcance para junto do empreiteiro tentar e obriga-lo a concluir a obra a

tempo e horas, quer por força da pressão do Município quer por força da pressão do POVT. O senhor Presidente informou de que o empreiteiro em causa tem uma série de obras na POLIS e estão todas elas nas mesmas condições. Por exemplo, nas obras de reposição do Cordão Dunar, que também tiveram atrasos, na parte que mais interessava ao Município de Vagos elas foram feitas a tempo e horas. A Rosas Construtores teve problemas e suspendeu a empreitada durante algum tempo mas, felizmente, nessa altura já a parte mais importante para o Concelho de Vagos, que era a reposição do Cordão Dunar entre o Labrego e o Areão, já estava devidamente concluída. Relativamente à reparação da estrada Fontão/Salgueiro logo que a Câmara Municipal reúna condições financeiras para executar a obra não deixará, como é óbvio, de o fazer, assim como todas as outras que se encontram no mesmo estado de degradação. Neste momento, está a ser tratada a parte que diz respeito aos projetos e às empreitadas e logo que haja financiamento as obras iniciar-se-ão. Ainda hoje o senhor Presidente esteve reunido com o Vice-presidente e os técnicos da Câmara Municipal no sentido de agilizar uma empreitada que se quer fazer para o Concelho todo, de uma forma genérica, no sentido de fazer algumas reparações de alcatroamento total de vias. Existem várias prioridades, desde a estrada de Rines a Sanchequias, Rua dos Cardais, a estrada de Fontão a Salgueiro, a estrada de Covão do Lobo a Ouca e está-se a falar só de vias principais, das que ligam norte e sul do Concelho. Mas, de facto, é preciso que haja disponibilidade financeira para esse fim e apesar de tudo no ano de 2014 já se gastou algum valor em alcatroamentos, considerados prioritários como a rua do ribeiro, e este ano prevê-se fazer mais. Em relação à questão do senhor deputado Juan Carlos Martins sobre o Espaço do Cidadão foi assinado o protocolo com o senhor Secretário de Estado e os onze Municípios da CIRA e, neste momento, está-se na fase da definição das pessoas que vão ser formadas. A ideia, enquanto CIRA, porque foi assinado o protocolo em conjunto, é de em vez de estar a deslocar os funcionários a Lisboa, que é o local das formações, que o formador se desloque a Aveiro para dar a formação. A formação terá de ser dada de duas vezes, ou seja, os funcionários das autarquias irão ser divididos em dois grupos porque, por exemplo, no caso de Vagos as funcionárias que ficarão com esse serviço são as que estão ao atendimento e, portanto, a Câmara não pode ficar sem funcionárias nesse serviço e por isso terão de ir metade de cada vez. Mas ter-se-á de aguardar que a AMA, Agência para a Modernização Administrativa, faça deslocar o formador até a Aveiro, formar as funcionárias e depois poder-se-á colocar em funcionamento o Espaço do Cidadão. Uma das ideias que ressaltou e ficou em fase de análise, e está até já em fase de projeto piloto em alguns Municípios, é um outro projeto que se chama “Carrinha do Cidadão” em que o objetivo é o mesmo do Espaço do Cidadão mas que passa por ir a todas as Freguesias. O Município de Vagos manifestou desde logo, na assinatura deste protocolo e nas reuniões preparatórias que houve, disponibilidade para adotar essa medida. Quanto à visita do Vice-Primeiro Ministro tem a ver com a questão do investimento e é também uma questão de reconhecimento por parte do Governo, porque em cinco meses fez deslocar a Vagos o Primeiro-Ministro e o Vice-Primeiro Ministro, além de alguns Secretários de Estado que também cá vieram, para visitarem o Parque Empresarial de Soza e a Zona Industrial de Vagos. O investimento, daquilo que pode ser adiantado e tornado público, o senhor Presidente deu nota dele aquando dos discursos que fez quer na Nutre quer na Ria Blades. Na Zona Industrial de Vagos está em execução cerca de dez milhões de euros de investimento entre

investimento novo e ampliações de coisas existentes. O senhor Presidente e a senhora Vereadora Sara Caladé estiveram há minutos a assinar um protocolo com o Vice-Reitor, Carlos Pascoal Neto, da Universidade de Aveiro que assinou um protocolo com a Vivian Regina, uma empresa que neste momento está instalada na África do Sul, e que vai agora instalar-se no lote 88 da ZIV, e vai criar postos de trabalho qualificados, até numa clara relação direta com a Universidade de Aveiro. Nestes investimentos que são atraídos para o Concelho nem todos são postos de trabalho pouco qualificados, como é o caso da Ria Blades, embora a maioria o possa ser, e há um conjunto de quadros intermédios e superiores que trabalham lá. Na Zona Industrial de Vagos uma outra novidade boa, e a ideia e os passos que já foram dados para a concretização dessa ideia, é a duplicação da área de produção da Grestel, que é uma das imagens de marca do Concelho. Entretanto, existem outros investimentos tais como: a Invest Naturalstone; a Prifer, que também irá investir no decorrer do ano de 2015; o lote 121 está já, neste momento, a ser construído por parte do Eng.º Rui Batel, na sua Casa Agrícola Rui Batel, onde irá ter um posto de transformação de alguns produtos que são produzidos por esta casa; no Parque Empresarial de Soza a instalação da Centrauto; a 360 Steel que irá entrar em fase de testes brevemente já com a obra completamente construída. Além disso, virá hoje aqui a esta sessão a questão da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, que é também uma marca importante, sobretudo na questão da estratégia e naquilo que é o acompanhamento dos jovens empreendedores. O senhor Presidente fez uma referência muito especial aos empreendedores agrícolas, e felizmente já são muitos no Concelho de Vagos. O executivo está empenhado em que dentro em breve haja muitos mais, mas, por exemplo, há uma boa novidade de um jovem agricultor, do Concelho de Vagos, ter feito há pouco tempo a aquisição da Quinta da Mónica e, portanto, neste momento a Quinta da Mónica já é propriedade de um vaguense que irá investir sobretudo na área agrícola. Tem havido procura de vários investidores para adquirir, e ainda recentemente houve o apoio do senhor presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, dez hectares de terreno para investir na área da agricultura. O investimento, felizmente, tem sido muito em diversas áreas de atividade. A questão das árvores no lugar de Carregosa o senhor Presidente julgou, por ausência de questões por parte do senhor deputado Mário Castelhana que foi quem falou do assunto, que o assunto estaria resolvido até porque tinha recebido a garantia do particular. De qualquer modo irá passar por lá para verificar a situação e, mais uma vez, com a colaboração da senhora Presidente de Junta de Freguesia resolver a questão se de facto estiver por resolver. -----

----- Entretanto, o senhor deputado Mário Tarenta não se inscreveu para usar da palavra neste período da ordem de trabalhos mas quis intervir para esclarecer uma questão abordada pelo senhor Presidente da Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Mesa não autorizou o uso da palavra uma vez que o senhor deputado não se inscreveu e se a questão que quer colocar estiver relacionada com o ponto seguinte poder-se-á inscrever. Este ponto da ordem de trabalhos terminou e já ultrapassou e muito o previsto. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta manifestou o seu desagrado e referiu que não se inscreveu porque não ia adivinhar que o senhor Presidente da Câmara iria tocar num ponto muito particular e por

isso deixou-o terminar a intervenção, por uma questão de educação, para fazê-lo. Como não lhe é permitido fazê-lo agora irá fazer a intervenção que tinha previsto no período de intervenção do público. --

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara prescindiu da leitura do documento, uma vez que o mesmo foi entregue antecipadamente aos membros da assembleia municipal. -----

----- Não havendo intervenções o senhor presidente da assembleia submetendo o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 02 de abril de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO - ANOS 2015 E 2016;**-----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que se trata de um mero formalismo. No ano passado foi nomeado este auditor e, entretanto, já aqui veio à Assembleia Municipal este assunto e agora há necessidade, depois de feitos os procedimentos a nível de Câmara Municipal, de cá voltar. Na altura foi dada abertura do procedimento aqui na Assembleia e terminado que está o procedimento de aquisição do serviço para que a Assembleia Municipal faça, então, nomeação de Auditor Externo do Revisor Oficial de Contas para os exercícios de 2015 e 2016. -----

----- Não havendo intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- De seguida o senhor presidente da assembleia submetendo o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de abril de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que no atual quadro legal as isenções teriam de passar a vir à Assembleia Municipal. Nesse sentido, a proposta da Câmara Municipal é de que a Assembleia Municipal autorize que a Câmara Municipal, por proposta do Presidente da Câmara, a conceder estas isenções, às associações, às IPSS's, no âmbito do Regulamento de Taxas do Município, e a ideia é que estas isenções tenham um teto de cinquenta mil euros. O executivo não tinha histórico para fazer esta avaliação, uma vez que no passado estas isenções dadas, pela Câmara Municipal, e não eram feitos os cálculos que estavam por detrás dessa isenção, ou seja, era dada só a isenção. Estes pedidos de isenção não se podem coadunar com a realização das sessões ordinárias da Assembleia Municipal e não faria sentido nenhum agendar uma sessão extraordinária para analisar o pedido de uma associação num valor, por exemplo, de cento e cinquenta euros ou de dez euros, daí esta proposta. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana referiu que concorda com esta proposta que o senhor Presidente apresentou mas gostaria que depois fosse dado conhecimento a esta assembleia destas isenções que foram atribuídas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para dizer de que essa informação vem sempre na comunicação que é dada aos senhores deputados: *“em cada sessão ordinária juntamente com a informação financeira deve o Presidente da câmara apensar listagem das isenções e ou reduções concedidas ao abrigo da presente autorização identificando o sujeito passivo, natureza da atividade/operação respetiva e valor da respetiva e valor da despesa fiscal.”* -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da assembleia submetendo o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de abril de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE GESTÃO DO IERA (INCUBADORA DE EMPRESAS DA REGIÃO DE AVEIRO) – POLO DE VAGOS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Vice-presidente e começou por fazer um pequeno enquadramento. A IERA, Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, surge de um projeto da CIRA, da AIDA e da Universidade de Aveiro, para potenciar a promoção e desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social. O objetivo é ter em cada Município da CIRA um polo de incubação de empresas viradas, principalmente, para o apoio a ideias de negócio, criação e desenvolvimento de novas empresas. A partir daqui surgiu a IERA Polo de Vagos que começou a funcionar, provisoriamente, em outubro de 2014 aproveitando as condições existentes no NEVA, quer a nível administrativo quer a nível de salas e escritórios, para dar início ao funcionamento deste projeto. O regulamento de funcionamento do Polo de Vagos que vem a esta Assembleia Municipal tem como objetivo estabelecer as condições de acesso e de utilização de instalações, dos espaços comuns, serviços associados e as normas gerais de funcionamento, processos de candidaturas, de seleção e de incubação. Portanto, o objetivo, hoje, é fazer-se a aprovação deste regulamento que está em discussão pública, não tendo havido quaisquer contributos ou reclamações. O Polo de Vagos da IERA iniciou em outubro de 2014 no NEVA, através de um protocolo celebrado entre esta entidade e o Município de Vagos, e apoiou nesta altura duas ideias de negócio: *Secret Surf Guest House*, alojamento local vocacionado para o Surf; *Sin Solution*, que é gestão e força de vendas. Esta última ficou alojada no Polo e passou a empresa em janeiro de 2015, ou seja, passou de ideia de negócio a empresa. Entretanto, há outra empresa que está a beneficiar dos serviços de capacitação da IERA, a *White*, no âmbito do apoio à internacionalização. Em março de 2015 dentro uma nova empresa, em regime de incubação, ligada à eficiência energética, a Pontuação Relevante. Têm sido realizados consultórios de empreendedorismo e foram recebidos nove promotores de ideias, oito presenciais e uma via mail, mais uma ideia enviada por outro município. Estes consultórios são feitos na Câmara Municipal ou no NEVA pela técnica da Câmara responsável pelo Gabinete de Desenvolvimento Económico. Portanto, quando alguém tem uma ideia e lhe quer dar início pode dirigir-

se à Câmara Municipal e poderá ter apoio técnico da sua ideia, como é que pode fazê-lo e se reúne condições para ocupar o Polo de Incubação. Em cada caso é feita uma análise e depois a ideia será encaminhada se reunir as condições indicadas no regulamento para poder ter viabilidade. Entretanto, foram criados clubes de empreendedorismo nas escolas com a ajuda dos professores que receberam capacitação através da IERA para poderem eles próprios darem a formação de empreendedorismo aos alunos. Neste âmbito, foi elaborado um concurso de ideias de negócio entre as escolas, entre a EPADRV e o Agrupamento de Escolas de Vagos, tendo sido a da EPADRV a ser aprovada e estiveram ontem a defender a ideia final em Estarreja, onde participaram todos os Municípios que têm Polos da IERA. Vagos não ganhou mas participar já é muito bom, o facto de poder apresentar uma ideia já é um bom começo, ou seja, porque é nas escolas que se tem de começar estas iniciativas de empreendedorismo. A ideia de negócio dos alunos da EPADRV intitula-se “Descobre-te na natureza” e consiste em alojamento local que pretende restaurar as casas florestais fornecendo atividades ligadas ao turismo na natureza. A partir de ontem, dia vinte e nove de abril, está disponível o WEB SITE IERA onde está lá toda a informação sobre os Polos que fazem parte da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro. Está também disponível o guia do empreendedor, neste caso em formato digital, mas na Câmara Municipal pode entregar-se em formato papel. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que o grupo municipal do CDS-PP é a favor da incubadora de empresas e outras incubadoras que eventualmente pretendam colocar em Vagos. Mas, aqui numa breve análise a este documento o senhor deputado ficou com a ideia que *“o senhor Presidente da Câmara parece que avoca a si o poder absoluto desta incubadora, desta estrutura e parece que o senhor quer mandar mesmo em tudo e esvazia também tudo, dá-me essa sensação pelo regulamento sobretudo quando fala das presidências. E apetece-me fazer aqui uma pergunta: então onde fica o seu Vice-Presidente com essa competência que ele tem delegada para a área empresarial e que agora nos acabou de fazer esta apresentação? O senhor Presidente tem todo o direito de ser presidente disto ou daquilo mas como o senhor Vice-presidente tem competência delegada para esta área, e muito bem, eu acabo por perguntar onde é que ele fica. O senhor já lhe retirou a confiança? Ele não é pessoa competente? Acaba com o NEVA? Acaba com a MAIS VAGOS? O senhor vai fazer tudo? Vai controlá-los? O que é que se passa aqui senhor Presidente? Portanto, isto de facto preocupa-me mais esta situação e até me apetece fazer-lhe mais uma pergunta: é se o executivo atualmente está coeso ou não, depois de nos apresentar este regulamento? Porque nós olhamos para a estrutura orgânica da Câmara e, efetivamente, há competências delegadas nos seus vereadores, e muito bem. E aqui o senhor Vice-presidente, que para mim seria lógico ter esta competência, é substituído pelo senhor Presidente.”*-----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que nem sabe o que responder à intervenção feita pelo senhor Mário Castelhana. A acusação de que o executivo não está coeso não faz qualquer sentido. O senhor Vice-presidente acabou de fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente perguntou ao senhor deputado se ele leu o Regulamento, porque de acordo com as questões que está a colocar dá a impressão que não leu os documentos referentes à ordem de trabalhos e leu um excerto *“ a avaliação e respetiva decisão sobre a admissão do IERA - Polo*

de Vagos cabe a uma das comissões de análise de candidaturas adiante designada por CAC constituído pelo Presidente da Câmara Municipal, que preside, ou em quem ele delegar.” Isto é assim em todos os regulamentos. O Presidente da Câmara é Presidente de várias “coisas”, como por exemplo Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Cinegético Municipal, e depois delega. O senhor Vice-Presidente tem sido o rosto desta iniciativa e “essa acusação de que o executivo não está unido só se for mesmo para levantar um fait divers político mas, olhe, ainda hoje não almoçamos todos juntos porque a senhora vereadora não podia, mas normalmente almoçamos juntos.” -

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 6 (seis) abstenções dos senhores deputados Fernando Vieira, César Grave, Óscar Pascoal, António Bastião, Diana Cartaxo e Mário Castelhana. -----

----- De seguida o senhor presidente da assembleia submetendo o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de abril de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014.** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que esta é a primeira prestação de contas do Município de Vagos que é sustentada por um parecer do Revisor Oficial de Contas o que deixará, com certeza, os senhores deputados mais tranquilos relativamente àquilo que são a transparência dos números que aqui são apresentados. Isto não quer dizer, obviamente, que antes as contas não tivessem toda a seriedade e transparência necessárias. Relativamente ao ano de 2014 o total da receita cobrada ronda os cerca de treze milhões de euros, doze milhões novecentos e quarenta e cinco, que vem sobretudo de duas rubricas principais: as transferências correntes e os impostos diretos. Sendo que os impostos diretos, apesar do IMI ter aumentado e continuará a aumentar este ano, tiveram um ligeiro decréscimo relativamente aos impostos diretos tudo por força da redução drástica do IMT. O IMT é um imposto que como se sabe na nova lei das finanças locais, está previsto acabar no próximo ano. Curiosamente este ano, até por força de alguns investimentos que se tem vindo aqui a falar, o IMT em três meses, de janeiro a março, já atingiu metade do valor que se cobrou no ano passado todo, e vai haver, com certeza, este ano um aumento do IMT. Relativamente ao valor da despesa este é aproximadamente igual ao valor da receita e há um decréscimo grande em relação ao ano passado e isto tem a ver com aquelas questões que o senhor Presidente já havia alertado no ano passado, ou seja o ano de 2014 foi um ano absolutamente extraordinário ao nível da execução da despesa porque houve a despesa extraordinária do PAEL e a receita de um ano bom em termos de execução de fundos comunitários. Estes dois fatores em conjunto fizeram com que a receita aumentasse bastante e por sua vez a despesa também aumentasse porque o PAEL, nomeadamente, serviu para pagar despesa atrasada. Ao nível da evolução das rubricas de despesa há um decréscimo das despesas com pessoal, da aquisição de bens, da aquisição de bens de capital, ou seja, tem havido esse esforço contínuo da redução dos vários itens da despesa. Sendo certo que alguns deles estão no ponto mínimo e, portanto, mais cedo ou mais tarde, mais do que isto é extremamente difícil. Relativamente à taxa de execução o ano passado as taxas rondaram os 82%, este ano baixou para cerca de 71%. Esta redução deve-se sobretudo a este facto de ser um ano de transição e o senhor Presidente lembrou que durante o ano

de 2015 tem de se executar mais de 85%, de acordo com a lei das finanças locais. Em 2014, por força de uma norma transitória no orçamento de Estado, não havia essa obrigação e foram executados 71% e ficou-se dentro dos limites da lei. Aliás, neste caso concreto, a lei nem estabelecia nenhum valor. O que é importante é ressaltar o esforço constante, que tem existido, de diminuição das despesas, nomeadamente as despesas com pessoal. Esforço esse que tem sido conjugado com o aumento das receitas correntes e isso permite que a percentagem de afetação das despesas com pessoal sobre as receitas correntes tenha vindo a diminuir ao longo destes anos. Há aqui estes dois fatores, ou seja, por uma lado as receitas correntes estão a aumentar, e aumentaram novamente este ano, e as despesas com pessoal que garantidamente não serão maiores no ano de 2015 do que foram em 2014. Há a exceção, isto é, a lei permite que estas despesas com pessoal possam ser superiores em caso de se ter de cumprir alguma decisão judicial ou de decisões legislativas que se tenha de repor valores, como por exemplo a totalidade dos salários que havia sido retirado aos trabalhadores. As despesas com pessoal têm vindo a diminuir, aumentaram de 2012 para 2013 porque em 2012 foi o ano em que foram cortados os subsídios de Natal e de férias e depois foram repostos em 2013, mas apesar de se estar a repor de acordo com as obrigações legislativas aquilo que são os vencimentos dos funcionários, por força da sua diminuição que se tem vindo a efetuar ao longo dos últimos anos, a despesa com pessoal também tem diminuído. Este ano houve um aumento total do número de horas extraordinárias, sendo certo que este fator está também ligado a um outro fator, ou seja, este ano houve cerca de cinco mil e quinhentos dias de absentismo, mais mil e novecentos dias do que no ano anterior. Este absentismo devesse sobretudo a motivos de doença, cerca de 55%, e uma percentagem, também elevada, por motivos de paternidade, e houve alguns problemas sérios durante o ano de 2014 por ausência prolongadas de diversos colaboradores e alguns, infelizmente, ainda estão de baixa. Este fator não contribui para a diminuição das despesas com pessoal porque a Câmara continua a pagar o vencimento a esses funcionários que estão de baixa. Mas, depois houve necessidade de recorrer a algum trabalho extraordinário que resultou num aumento de dois mil e quatrocentos euros, perfeitamente irrelevante, mas aumentou o valor em relação a 2012 e 2013. Depois há a análise económica da evolução dos proveitos e ganhos que baixaram sobretudo porque subiram os proveitos extraordinários em 2014. Do lado dos custos e perdas há aqui também um peso das amortizações do exercício que acabam por ter aqui um impacto grande naquilo que são os resultados. Como se pode ver também os custos e perdas anuais têm mantido, exceto em 2012 que diminuíram ligeiramente, um valor a rondar entre os quinze e os dezasseis milhões de euros. Do lado dos proveitos e ganhos está-se sempre a falar em valores que rondam os doze milhões de euros. De acordo com o exercício contabilístico que é feito o resultado líquido do exercício são menos dois milhões e meio de euros, embora se somarem a estes dois milhões e meio de euros as amortizações de exercício, porque não constituem, diga-se assim, uma saída de dinheiro, houve um *cash-flow* positivo de dois milhões de euros, que é extremamente positivo. Em 2013 o valor foi mais elevado porque houve um encaixe da verba do PAEL que não poderia ser contabilizado de outra maneira. Há aqui também um dado importante que é as questões que estão diretamente ligadas aos resultados líquidos do exercício que têm a ver com os pagamentos em atraso e a câmara Municipal de Vagos ainda tem, hoje, pagamentos em atraso. O objetivo a cumprir é que até ao final deste ano se

deixe de ter pagamentos em atraso para que na entrada no ano de 2016 a Autarquia esteja com uma saúde financeira melhor do que a que tinha na entrada deste mesmo ano. Relativamente à estrutura do ativo líquido o senhor Presidente fez uma ressalva que tem a ver com uma das chamadas de atenção por parte dos revisores. Apesar desta estrutura do ativo líquido refletir aqui uma descida de cerca de 4% há aqui um trabalho que irá ser feito em 2015, não por força da chamada de atenção mas porque também já era objetivo do executivo fazê-lo, que é um trabalho de avaliação contabilística do ativo da Câmara Municipal. O executivo está em crer que o resultado será favorável ao Município. Entretanto, por força da não entrega formal das obras do POLIS uma grande maioria delas não está aqui representada e refletida em termos de imobilizado durante o ano de 2015. A estrutura e evolução do passivo sofreu uma redução de 2,7%, relativamente ao ano de 2013, passando de trinta e dois para trinta e um milhões de euros. Aqui há o fator de desvio que são os acréscimos e deferimentos mas o que interessa é o quadro seguinte que tem a ver com a composição e evolução da dívida. Obviamente que os resultados líquidos do exercício são importantes mas aquilo que mais releva para o Município e para os munícipes é aquilo que é a dívida da Câmara Municipal, porque essa é que tem de facto consequências práticas na vida do dia-a-dia da gestão da Câmara Municipal. Quanto a esta matéria a boa notícia é que a dívida foi diminuída em cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, de 2013 para 2014, aproximadamente de 8,5%. Esta redução, que já se vem fazendo desde o ano de 2010, quando a Inspeção Geral de Finanças avaliou a dívida do Município em dezanove milhões de euros e neste momento já anda nos quinze milhões e duzentos e quarente e cinco mil euros. Para este valor também contribuiu, infelizmente, o resultado negativo da MAIS VAGOS durante o ano de 2014 que depois por força desse resultado e por força da aplicação da lei teve que se levar à dívida do Município o valor de cerca de cento e oitenta mil euros, que corresponde à parte do prejuízo que a MAIS VAGOS deu durante este ano. As reduções que foram tidas, quer na dívida de médio e longo prazo quer na dívida de curto prazo, na dívida de seis milhões novecentos e noventa e dois mil euros, que é o saldo da dívida de médio e longo prazo a 31 de dezembro de 2014, é constituída por três milhões e novecentos mil euros de vários empréstimos e três milhões e setenta e oito mil euros do PAEL. Portanto, mais uma vez, o senhor Presidente quer que os senhores Deputados tenham consciência que nos quinze milhões de euros já está incluída a dívida do PAEL para que não hajam equívocos relativamente a esta matéria. Entretanto, houve também um esforço, por parte do executivo, em liquidar a dívidas dos fornecedores de imobilizado por força da execução de fundos comunitários e por isso é que ela diminuiu tanto, embora não se tenha consigo reduzir a dívida dos fornecedores de conta corrente. Isto não quer dizer que se esteja a pagar mais tarde aos fornecedores, quer dizer simplesmente que se chegou ao fim do ano com um *stock* de dívida maior que em 2013. Também em 2013, pouco tempo antes do fim do ano, foi pago o valor correspondente à segunda *tranche* do PAEL e isso permitiu que a dívida dos fornecedores diminuísse bastante. Entretanto, e para finalizar, um particular destaque para a diminuição de mais de trezentos mil euros da dívida a Instituições Particulares naquilo que tem sido um esforço da Câmara Municipal por liquidar este tipo de dívidas que já foram assumidas no passado. -----
----- Terminada a apresentação do ponto, pelo senhor Presidente da Câmara, pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e começou por dizer que concorda quando o senhor Presidente diz

que é preciso disponibilidade financeira, mas é preciso algo mais para desenvolver o Concelho. Esta prestação de contas é da responsabilidade do PSD que governa a Câmara Municipal de Vagos há quase catorze anos. Este relatório vem dar razão ao CDS-PP, ou seja, despesa feita obra “viste-a” e as razões apresentadas serão alicerçadas em questões e comentários que o senhor deputado irá fazer ao longo da sua intervenção sobre o documento. Assim sendo, primeira questão: “*Senhor Presidente, onde é que estão inscritas as verbas assumidas com os clubes, e estou-me a referir ao Calvão, ao Sozense, à BETEL, CRAC, para os sintéticos?*” Segunda questão: “*Onde aparece a redução da dívida de três ou três e meio ou quatro e meio milhões de euros que foi aqui tão propalada, tão anunciada e tão divulgada pelo PSD e na imprensa local, no seu jornal e na rádio? Isto até merece o seguinte comentário: afinal com tanta redução de dívida que os senhores disseram no princípio do ano e anunciaram e, portanto, eu pergunto porque é que nos deixaram em 2014 no limite da dívida permitida por lei, e não fosse a cláusula de exceção da lei da execução orçamental, e nós hoje estaríamos em incumprimento. E devo lembrar que a dívida limite em 2014 é de catorze mil duzentos e trinta e nove e seiscentos ponto sessenta e três e a dívida registada é de quinze milhões duzentos e quarenta e cinco novecentos e sessenta ponto setenta e cinco, isto é, um milhão de euros acima do permitido por lei. Portanto, não fora essa cláusula de salvaguarda da lei e nós estaríamos mesmo em incumprimento. Mas, senhor Presidente, e aqui fica o nosso alerta, mais uma vez, para 2015 já temos, pois, em execução e a cumprir a lei 73/2013, de três de setembro, que vai ser aplicada sem exceções. Esperamos, senhor Presidente, muito honestamente que Vagos não caia no incumprimento.*” Voltando ao relatório solicitou ao senhor Presidente que esclarecesse a discrepância de valores entre o mapa da página 125, que diz PAEL quadro 1 – síntese da situação financeira atual e previsões de evolução, e a página 140. O senhor deputado lembrou, ainda, que este programa de apoio, o PAEL, que o ano passado caracterizou como o “*entloikamento*” do Município de Vagos, durante catorze anos e, portanto, não é bom esquecer que “*isto vai-nos custar setecentos e cinquenta mil euros durante esses catorze anos mais os três milhões e meio, e não se esqueça que isso é para pagar. Portanto, isto dá qualquer coisa como 4,25 milhões de euros. Terá sido, senhor presidente este montante que pensavam ter reduzido na dívida e que anunciaram nos jornais e na rádio? É que isto é para pagar durante catorze anos. E também, já agora, senhor Presidente, este montante investido em obra teria outro impacto na nossa vida coletiva. Este relatório, senhor Presidente, também nos demonstra que o executivo foi pouco ambicioso, tem uma taxa de execução na ordem dos 71%, portanto, também não teve grande preocupação em limpar dívidas a não ser aqueles que o obrigaram a cumprir, que é o caso da execução do PAEL. E, portanto, como não limpa dívidas simultaneamente também não reforça para futuro a capacidade de financiamento para investimentos futuros, isto quando vierem os tais anunciados quadros comunitários de apoio. No entanto, senhor Presidente, o que nós verificamos é que o dinheiro foi gasto, a dívida continua muito acima do que deveria e o mais grave é que não assistimos ao lançamento de qualquer projeto obra digna desse registo. Quando olhamos à nossa volta, senhor Presidente, e visitamos Concelhos vizinhos apercebemo-nos que algo mexe, mas aqui o desenvolvimento passa-nos ao lado. O dinheiro gasta-se e não há obra. Não é com opções destas, refletidas nesta e noutras contas passadas que o Concelho pode ombrear com Concelhos vizinhos, não é. E já agora, vejamos o que se passou, ou passa, com a recolha dos*

resíduos sólidos, e também aqui o que nos diz este relatório sobre esta matéria, e aconselho-o a acompanhar-me na página 147, gráfico 9. Senhor Presidente, se verificarmos e começarmos até pelo serviço de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana praias nós temos aqui um valor que ronda, mais ou menos, sessenta, setenta mil euros. Se viermos para o tratamento de resíduos apanhamos aqui duzentos e dez, duzentos e vinte mas que cheguemos aos duzentos e trinta mil. Se viermos para as máquinas apanhamos aqui cem mil cento e cinco, cento e dez mil e na mão-de-obra cento e vinte, cento e trinta mil, cento e quarenta. Isto ronda, mesmo somando tudo, à volta de quinhentos e trinta, quinhentos e quarenta mil euros, mas que vá aos quinhentos e cinquenta mil. Recordam-se, e não vamos retirar a mão-de-obra, da proposta que nos trouxeram aqui relativamente à privatização dos lixos? Eu acho que essa proposta é mesmo, muito, muito negativa para o Concelho de Vagos, e o CDS, acaba por dizer, que tinha e tem razão, porque estas contas confirmam, que a privatização, da recolha do lixo não é boa para Vagos, não é um bom negócio. Mas, senhor presidente, o que mais nos deixa ainda mais tristes e preocupados, no meio disto tudo, é quando reparo nessa mesma página 125, que o tempo médio de pagamento é duzentos e vinte e quatro dias, que é qualquer coisa como mais de meio ano. Serão sete meses e tal de tempo médio para que as empresas, os cidadãos, as famílias têm que esperar para que Vagos, o executivo desta Câmara, possa pagar e satisfazer os seus compromissos. Isso, senhor Presidente, tenho que lho dizer que a mim e ao CDS não nos parece bem-estar. O senhor devia estar nesta altura com tempos médios de pagamento na casa dos sessenta dias, mas toleraríamos se estivesse na casa dos oitenta ou dos noventa, mas duzentos e vinte e quatro. Há aqui qualquer coisa, senhor Presidente, para refletir sobre isso. Termino dizendo claramente que a nossa visão e a proposta para o Concelho não era esta, não era de certeza absoluta, e não seriam também estas as nossas opções, e também não seriam estes os resultados. Portanto, estas são contas do PSD, as nossas seriam diferentes. Estas, senhor Presidente, revelam que o senhor nos pinta um Concelho a um paraíso mas artificial. O nosso voto, senhor Presidente, perante isto só pode ser um: Contra.” -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara e referiu que “ficamos a saber que o CDS de Vagos, ou através seu, e não sei se já é militante dos novos órgãos, mas pelo menos porta-voz ou substituto do porta-voz na Assembleia Municipal, tem uma posição diferente do líder do partido. Porque o nosso Vice-Primeiro-Ministro ainda à cinco ou seis dias atrás disse exatamente o contrário de tudo aquilo que o senhor afirmou aqui. Mas, isto é só uma constatação.” Entretanto, sobre as contas e as verbas para os sintéticos o senhor Presidente esclareceu que houve delas que foram atribuídas em 2014 e na atribuição do subsídio, quer naqueles que foram atribuídos pela Câmara Municipal quer aquele que foi atribuído na Assembleia Municipal, havia uma divisão ao longo de dois anos, 2014 e 2015. Relativamente ao subsídio atribuído ao Grupo Desportivo de Calvão já está pago há muito tempo, há um ano e meio ou mais. As verbas com os outros Grupos Desportivos e junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina têm vindo a ser liquidadas de acordo com o plano de pagamentos aprovado em Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Em relação à questão da redução da dívida de quatro milhões e meio de euros o senhor Presidente referiu que, das duas uma, ou o senhor deputado vai às outras prestações de contas àquilo que foi, nomeadamente, a avaliação totalmente isenta da IGF, a não ser que duvide da IGF, uma vez que duvida de tudo e de todos, apurou um stock de dívida em 2010 de

dezanove milhões de euros. As contas que aqui estão neste quadro, e que o senhor Presidente se vai escusar de somar, porque pode haver algum erro de somatório, mas duvida que o excel tenha esse erro, e, portanto, o valor que ali aparece são quinze milhões duzentos e quarenta e cinco mil euros. A tentativa que o senhor deputado faz de relacionamento com o relatório de contas do PAEL, que aliás é um dos documentos obrigatórios, é intelectualmente desonesto, porque há de facto um desvio relativamente ao PAEL de um milhão e quatrocentos mil euros o que torna o executivo um excelente analista e excelente a fazer previsões. Este desvio reflete, sobretudo, aquilo que já aqui foi falado várias vezes mas que o senhor Presidente repetiu: *“um milhão e quatrocentos mil euros de desvio do PAEL deve-se sobretudo à não venda dos lotes do Plano de Pormenor da Boa Hora, que estavam avaliados e que nós pusemos duas vezes à venda em hasta pública por um milhão e trezentos mil euros.”* Portanto, se tivesse sido efetuada a venda dos lotes o desvio seria de cento e qualquer coisa mil euros, o que é completamente aceitável. Relativamente à questão dos limites da dívida permitida por lei o senhor Presidente não sabe se o senhor deputado tem consciência de como é que se calculam os limites de acordo com a nova lei da Finanças Locais e por isso explicou. Assim sendo, *“É verdade aquilo que afirmou que de acordo com a nova lei das Finanças Locais o nosso limite de endividamento em 2014 seria catorze milhões e duzentos mil euros. Mas há uma razão para haver a cláusula de salvaguarda, ou seja, a norma transitória do orçamento de Estado existe por uma razão, é que a nova lei das Finanças Locais é muito diferente da antiga lei e o Município de Vagos nunca esteve em excesso de endividamento. Porquê? Porque havia montantes que a lei permitia excecionar do endividamento líquido as Autarquias de acordo com a lei 2 de 2007 que foi revogada pela lei 73 de 2013 que veio trazer uma nova filosofia. E então por força dessa filosofia, não foi para salvar os Municípios que não estejam a cumprir, porque os que não estavam a cumprir podem ou não continuar a não cumprir, mas haviam muitos que estavam a cumprir a lei como era o caso de Vagos que por simples alteração legislativa ficavam em incumprimento da lei das Finanças Locais. E, portanto, houve necessidade de fazer essa cláusula de salvaguarda e eu relembro só que o nosso limite era não catorze milhões e duzentos mil euros como afirmou, o que não corresponde à verdade, a verdade é que o nosso limite era a dívida a trinta e um de dezembro de dois mil e treze, ou seja, dezasseis milhões seiscentos e cinquenta e oito mil. Portanto, nós estamos um milhão e quatrocentos mil euros abaixo daquilo que a lei nos permitia e não acima como o senhor referiu. Depois, esperar que Vagos não caia no incumprimento, relativamente à nova lei das Finanças Locais, vou elucidar ainda mais como é que é feito o cálculo. O cálculo de acordo com nova lei é feito com uma base: o limite da dívida do Município é uma vez e meia média dos últimos três anos das receitas correntes. Em 2014 relevaram para estas contas as receitas correntes de 2013, 2012 e 2011. Em 2011 e 2012 as receitas correntes rondaram os oito milhões e novecentos mil euros, mais coisa menos coisa. Em 2013 a receita corrente rondou os dez milhões e meio de euros, aliás um valor muito semelhante ao de 2014, ou seja, enquanto que para o apuramento desses catorze milhões e duzentos mil euros contou a receita de 2011, 2012 e 2013, que era de cerca de nove milhões de euros e só contou dez milhões e meio de euros 2013, para o exercício de 2015 vão contar as receitas de 2015, 2014, 2013 e 2012, ou seja só uma de cerca de nove milhões de euros e as outras duas de dez milhões e meio, ou seja, o nosso limite de endividamento líquido, e também permita-me se eu não estiver absolutamente correto,*

rondará os quinze milhões e cem mil de euros em 2015., ou seja, mesmo que nós não conseguíssemos reduzir mais do que duzentos mil euros, à dívida em 2015, nós já estaríamos a cumprir a lei das Finanças Locais. Só para falarmos todos a mesma linguagem. E esta é a dívida apurada e, enfim, eu já sei que os senhores confiam pouco na palavra do Presidente da Câmara, ao contrário da bancada do PSD, e muitas vezes da bancada do PS, também, que fazem mais fé nas palavras do presidente da Câmara. Mas, estas contas são certificadas e, portanto, eu acho curioso a votação contra mas, enfim, respeito como é evidente a votação contra do CDS. Mas acho só curioso porque os números são estes e não podiam ser outros. Depois, a questão do entroikamento do Município de Vagos não vejo onde, o recurso ao PAEL permitiu que no Município de Vagos se continuem a praticar as baixas taxas de IMI que existem de acordo com a lei, ou seja, nós conseguimos os resultados que conseguimos não por força do aumento das receitas mas por força da diminuição das despesas. Evidentemente, que a principal vítima é o investimento, ou seja, se nós diminuimos as despesas correntes mas ainda assim não conseguimos amortizar a dívida temos que baixar o nível de investimento, o que entra completamente contra aquilo que o senhor aqui afirma. Diz que este não é o caminho que os nossos objetivos seriam outros, mas quais outros? Reduzir a dívida e fazer investimento ou aumentar a dívida? É porque o exercício de diminuir a dívida e aumentar investimento é impossível, não é possível diminuir a dívida e aumentar o investimento, ou seja, nós temos recursos limitados as nossa receitas, senhor deputado, rondarão, mais cêntimo menos cêntimo, os treze milhões de euros. Dos treze milhões de euros três milhões e meio, mais coisa menos coisa, são despesas com pessoal, entre quatro a cinco milhões de euros, estamos a falar de despesas fixas que sejam relativas a transportes escolares, eletricidade, iluminação pública e não só, as refeições das crianças nas escolas, a manutenção dos equipamentos municipais, enfim coisas que nós não podemos fugir. Depois temos o serviço da dívida que de facto temos que pagar, porque a dívida é mesmo para pagar. Neste exercício que eu estou aqui a fazer além disto conseguir amortizar um milhão e quatrocentos mil euros de dívida eu, sinceramente, não vejo como é que seria possível de outra forma fazer este exercício que não fosse sacrificar, por exemplo, os alcatroamentos das estradas que já aqui falámos diversas vezes. Agora, em 2014 foi o ano em que acabamos os Centros Escolares, o maior investimento de sempre no Concelho de Vagos, em termos de obras públicas. E repito dou o mérito todo aos executivos anteriores que os começaram mas foi este que o acabou. Foi em 2014 que eles começaram a ser utilizados. Foi neste executivo terminado e foi neste que começaram a ser utilizados. Lançamos uma série de outras empreitadas importantes, temos as obras da POLIS que nos custam dinheiro, nas obras da POLIS nós temos uma participação que temos de colocar. E, portanto, dizer que não sabe é como aquele exercício curioso que o senhor faz de dizer os orçamentos são à volta de vinte e cinco milhões, nos últimos dez anos houve dez orçamentos, onde é que para os duzentos e cinquenta milhões de euros dos orçamentos? É um exercício curioso, e por acaso também é um exercício desonesto intelectualmente, porque os orçamentos é uma coisa, a execução do orçamento é outra completamente diferente. Nós tivemos execuções, aqui, de 60 ou 50%, portanto, não foi duzentos e cinquenta milhões de euros que nós investimos. Depois, não houve obras e nos Municípios vizinhos mexe muita coisa, mas o quê? Não acho que faça sentido esta análise comparativa, mas olhamos para os Municípios vizinhos e infelizmente para eles todas têm taxas de

desemprego mais elevadas do que a nossa, infelizmente para eles. Estamos a captar investimento, já falamos aqui de uma série de investimento captado nos últimos anos, nomeadamente num passado bastante recente. Já falámos, aqui, de intervenções importantíssimas para o turismo, nomeadamente a questão da reabilitação da praia da Vagueira. Já falamos, aqui, em estratégias que estamos a implementar no sentido de recorrer ao próximo quadro comunitário de apoios, nomeadamente, na área de reabilitação urbana e outro plano estratégico para o desenvolvimento do Município dos próximos anos. Portanto, não consigo ver onde é que os outros Municípios vizinhos mexem mais do que nós, mas não está em causa aquilo que os outros mexem, não me compete a mim fazer essa análise comparativa e também acho que aquilo que compete aos eleitores de Vagos e aos munícipes de Vagos é fazer a análise do seu Município e daquilo que é feito dentro daquilo que é o quadro local. Depois a questão dos RSU's eu já disse aquilo que tinha a dizer, relativamente a este assunto na última sessão, e não tenho mais nada a acrescentar, quando eles foram aprovados com os votos contra do CDS. O que eu acho estranho é que este consórcio tem três Municípios, um deles é o Município de Albergaria-a-Velha que é liderado pelo CDS-PP que acha uma boa ideia. Enfim, isso são diferenças regionais e, portanto, só registar esse dado. A questão que falou, e essa eu concordo em absoluto consigo, que tem a ver com o prazo médio de pagamentos e aquilo que eu aqui me comprometi foi que no final deste ano, fi-lo na minha intervenção inicial, o objetivo seria que a Câmara Municipal não tivesse pagamentos em atraso. Lembro que os pagamentos em atraso são pagamentos vencidos há mais de noventa dias, ou seja, são pagamentos que terão cerca de cento e cinquenta dias em média, para mais sempre, em atraso. Portanto, é verdade, nunca deixamos de dizer isso, que o Município tem pagamentos em atraso agora, está a cumprir, escrupulosamente, os objetivos relativamente aos pagamentos em atraso que é todos os meses estarmos a diminuir os pagamentos em atraso. Depois, dizer que não seriam estas as vossas opções, pois não mas isso foi o eleitorado que decidiu assim e não eu, não tenho qualquer responsabilidade nisso, ou tenho porque também votei no nosso programa e na nossa equipa. E termino fazendo aqui contas em relação à composição e evolução da dívida fazendo um exercício muito simples que é este: eu bem sei que o senhor deputado, na altura tinha outra posição relativamente ao processo Ria Vagos, achava que o CDS era responsável, agora pode ser que tenha outra mas a verdade é que os quatro milhões de euros que aparecem ali nas outras dívidas de médio e longo prazo instituições financeiras devem-se ao processo Ria Vagos, que foi um megaton financeiro no Município. Bastava que não houvesse processo Ria Vagos para nós termos muita capacidade de endividamento, quer de acordo com a nova lei quer de acordo com a norma transitória. Além disso, por exemplo, e só para citar mais um exemplo, a obra que ficou por acabar do Estádio Municipal que custou ao Município cerca de cinco ou seis milhões de euros. Estas duas intervenções que nós tivemos que concretizar diminuiriam a dívida, mais coisa menos coisa, dez milhões de euros. Portanto, são heranças do CDS que ainda, infelizmente, andamos a pagar mas eu estou em crer que a partir do próximo ano a situação financeira do município será ainda mais estável. Eu tenho dito por diversas vezes que apesar de estarmos melhor não estamos bem, estamos melhor, estamos no bom caminho, só quem não quer ver é que não vê mas isso eu não consigo forçar ninguém em mudar de ideias, evidentemente, e respeito o que é a decisão do senhor

deputado e do grupo, se é que é o grupo que vai decidir dessa maneira. Mas, mais do que isto não consigo esclarecer.”-----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que não vai entrar em pormenores técnicos sobre um relatório sobre o qual pouco há a dizer. O senhor deputado disse que cada vez mais gosta da forma como estes relatórios são apresentados e em boa hora este Governo do PSD começou a obrigar os municípios a ter algumas regras, não só no controle de contas como, também, na apresentação. No entanto, há aqui algumas coisas que têm de ser ditas para não se arranjam algumas confusões nestas interpretações de contas. Todos sabem que não pode haver investimento sem haver pagamento do que está em dívida e quando o senhor Presidente diz que quer pagar as dívidas também sabe que tem que o fazer. As regras são claras e o senhor deputado é de opinião que este exercício corresponde a isso, ou seja, há que se pagar o que se deve para se poder, depois, investir em alguma coisa. E as regras são claras e a ação do próprio Governo do PSD, mais pelas mãos do ex-Ministro Vítor Gaspar, que começou a obrigar os Municípios a cumprirem alguns requisitos para controle das contas e, portanto não há por aqui muito onde andar a discutir não se sabe o quê. As considerações que foram feitas na discussão do orçamento para 2014 o senhor deputado absteve-se e votou, depois, contra a alteração e de facto reflete-se no relatório quando aparecem os valores em dívida às Juntas e as IPSS's, onde faltam duzentos mil euros que estavam no orçamento. O senhor Presidente sabe que é uma questão de convicção do senhor deputado que seja atendida de forma prioritária os pagamentos às Instituições de Solidariedade Social e às Juntas de Freguesia mas há que concordar que este relatório está a cumprir as regras. Este relatório de contas mostra que o município está a cumprir as regras e de alguma forma a projeção da diminuição global da dívida mostra que o município está a cumprir as regras, e isso é que interessa, e corresponde àquilo que era a expectativa, sendo que 8,5% está lá dentro e é o bom caminho, redução de dívida é o bom caminho. O senhor deputado lamenta que não esteja, ainda, introduzido o conceito de dívida total mas para o ano já se verá isso. Entretanto, solicitou um esclarecimento, isto é, perguntou que resultado negativo é este referente à empresa MAIS VAGOS. -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra e em relação à intervenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos referiu que não tem mais nada a acrescentar exceto que não se podem adjudicar coisas que não se podem pagar não é só uma questão de convicção do Presidente de Câmara mas também de cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Há questões aqui que vão muito para além da convicção e que são as obrigações legais. O senhor presidente da Câmara admite que é um dos objetivos deste executivo, por questões de convicção política, que a dívida é para reduzir e assumir compromissos que possam ser pagos. Mas estas duas questões derivam também muito de obrigações legais ao qual não se pode fugir mesmo que o executivo quisesse. Aliás, o Município nunca deixou de estar em cumprimento das regras do endividamento líquido, mesmo quando teve a dívida total apurada pela IGF o executivo cumpriu com os limites do endividamento líquido que na altura eram calculados de maneira diferente do que é nesta nova legislação. Relativamente à questão da MAIS VAGOS referiu que a MAIS VAGOS tem uma estrutura de custos sobretudo financeira que teve de se endividar para adquirir os terrenos que foi comprando nas diversas parcelas do Parque Empresarial de

Soza e durante o ano de 2014 não efetuou negócios. Portanto, como não fez negócio e tem uma estrutura de custos associada chegou ao fim do ano e teve prejuízo. Esses prejuízos de acordo com a lei foram repercutidos nas contas do Município, nomeadamente nesta questão do endividamento que aumentou cento e oitenta mil euros por força desse resultado da MAIS VAGOS. Em 2015, entretanto, já foram feitos dois negócios com a MAIS VAGOS e, portanto, em princípio já não correrá da mesma maneira. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para deixar duas notas. A primeira prende-se com o facto do orçamento de 2014 se ter apresentado como historicamente baixo e a sua taxa de execução não é assim tão positiva como aquilo que aparenta e o grupo municipal do PS receia que à medida que se aproxima 2017 os orçamentos vão crescer. Em segundo lugar o grupo municipal do PS acredita, e espera que assim seja, que há de haver uma melhoria ao nível da redução da despesa. A senhora deputada referiu, também, que há simples aspetos que são negligenciados e à vista do cidadão comum é só uma questão de vontade, como por exemplo falando de água, luz e lixo. O sistema de rega municipal é automático, mas não tem sensores de chuva, e quantas vezes é que se vê o sistema de rega a funcionar o dia inteiro, por fases, e a chover. Esta situação parece brincadeira mas é verdade e quem paga é o contribuinte. É nestas pequenas coisas que se pode reduzir um pouco a fatura e, além de tudo, é uma questão de cidadania. A senhora deputada tinha a ideia de haver um plano de redução da despesa na iluminação pública, em algumas freguesias, e gostaria de saber como é que está a ser executado e se está a ser executado. Na página 137 do relatório de contas verifica-se que a iluminação pública é uma questão que tem feito um aumento da despesa. Por fim, em relação ao lixo outro aspeto tão simples seria o de executar uma campanha de sensibilização junto dos munícipes sobre o racionamento do lixo. Por vezes colocam-se coisas dentro dos contentores comuns que não são próprias de se colocarem lá e isso aumenta a carga que é levada para o aterro e por isso aumenta a fatura que se paga com o aterro. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pela senhora deputada Carla Gouveia e começou por dizer que genericamente concorda com o que referiu. Estas são três questões que não são tão simples como parecem, porque financeiramente têm um peso elevado na Autarquia. Neste conjunto de três despesas o valor deve rondar um milhão e setecentos mil euros: um milhão de euros de iluminação pública; quinhentos mil euros de resíduos sólidos urbanos; duzentos mil euros de água. A nível da rega e da iluminação o que se tem feito, e no âmbito da Agência para a Sustentabilidade, é a implementação de uma série de projetos nomeadamente a monitorização de contadores de eletricidade e de água nas escolas. No Concelho de Vagos está a ser feito o teste em cinco escolas e detetou-se numa escola que havia um disparo no consumo da água entre a uma e as duas da manhã, ou seja, o sistema de rega, mesmo no inverno disparava a essa hora e regava durante uma hora. O que se verificou foi que houve um erro de programação e por isso é que regava uma hora todos os dias, durante o inverno inclusive quando toda a gente achava que estava desligado. Nunca ninguém ia descobrir que aquele sistema de rega estava a disparar uma hora por dia e era um consumo de água desnecessário que para além da despesa era, ainda, um crime ambiental estar a desperdiçar água. A Autarquia tem alguma estratégia relativamente a essa matéria e já se está a trabalhar nessa

Agência da Sustentabilidade, que é liderada pelo Município de Águeda, e que é feita no âmbito da CIRA. O objetivo é passar estes projetos piloto para a generalidade dos sistemas que existem no Concelho serem monitorizados e no limite serem controlados por via informática, ou seja, haver sensores que permitam que o sistema faça um controle sobre si próprio. Esta é uma questão que requer muito investimento e, por isso, está-se a aguardar pelo próximo quadro comunitário de apoios que garantidamente reserva uma fatia grande de dinheiro para este tipo de investimentos. O senhor Presidente lembrou que no âmbito da Agência para a Sustentabilidade conseguiu arranjar-se financiamento para a colocação de painéis solares que vai ser feito em breve na Piscina Municipal, que é uma das grandes fontes de consumo energético do Município. Relativamente ao plano de redução de iluminação pública ele começou a ser feito e não está, obviamente, associado a um ligeiro aumento que houve do custo financeiro em 2014, dos custos da eletricidade, houve sim um aumento de tarifa. O aumento de tarifa é que foi substancial e foi importante para o aumento do custo. Houve uma mudança legislativa que passou a faturar a iluminação pública ao preço da baixa tensão normal que é cobrada em nossas casa e, portanto, deu-se um aumento de 34% na tarifa. Esse investimento tem sido feito e têm-se aproveitado as oportunidades que vão surgindo, por exemplo, com a EDP, instalaram-se os relógios astronómicos em quase todos os IP's que fazem o controlo da iluminação pública. Os relógios astronómicos são mais eficazes do que os sensores que estavam instalados nos postes. Entretanto, está já instalado, pouco é verdade, algumas unidades de *leads* que reduzem bastante os consumos. Ainda, recentemente foi alterado no estacionamento da Câmara Municipal foi colocada iluminação a *lead*. Tem sido feito um esforço, agora, a resposta concreta à pergunta da senhora deputada é que a EDP não tem feito nem tem implementado, no último ano fez pouco, aquilo que são os planos da Autarquia e que foram aprovados em sede de Câmara Municipal de redução da iluminação pública. O executivo tem pressionado a EDP, sendo certo que são eles que fazem a intervenção mas por outro lado são eles que ganham se venderem eletricidade e, portanto anda-se aqui numa pressão, feita pelos senhores Presidente e Vice-Presidente, sobretudo nesta interação com a EDP é mais o Vice-presidente que gere. Paralelamente a este trabalho outro tem sido feito, nomeadamente à questão dos relógios astronómicos que foram implementados em 2014 e só por força disso, por força da redução de consumos, é que não disparou ainda mais o custo com este item em particular na eletricidade. No seguimento desta explicação usou da palavra o senhor Vice-Presidente para esclarecer que os valores em 2015, no primeiro trimestre de iluminação pública, já apresenta um valor inferior comparativamente ao primeiro semestre de 2014, em que de 2013 para 2014 houve este aumento brutal de 34% na iluminação pública. No entanto, devido às medidas que estão a ser tomadas, a iluminação *lead*, houve já uma redução, e comparando os preços no primeiro trimestre de 2015, no custo da iluminação pública. Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara e reportando-se à questão do lixo referiu que por se ter notado a falta de campanhas de sensibilização, associado a alguma falta de civismo, é que aquando da aprovação do contrato aprovado na última sessão, relativamente à recolha dos RSU's, uma das cláusulas que aparece é a obrigação da empresa de fazer campanhas de sensibilização por forma a reduzir os consumos. Assim que entrar em vigor o contrato de trabalho essa campanha de sensibilização será feita. Relativamente à questão da baixa taxa de execução o valor da taxa não agrada o senhor Presidente

mas dizer que ela é baixa já é relativo, ou seja, não sendo uma taxa que lhe agrade de acordo com o histórico, ao contrário daquilo que a senhora deputada disse, é uma boa taxa de execução. Também não está correto quando diz que o valor global do orçamento de 2014 é historicamente baixo. Não vale a pena fazer-se orçamentos elevados daqui para a frente, ou desde que entrou em vigor a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, por uma razão muito simples: é que se não houver fundos disponíveis nós não podemos adjudicar. Portanto, estar orçamentado ou não estar é exatamente a mesma coisa. Depois a outra questão, o aumento até 2017 que coincide com o ato eleitoral autárquico, é possível que aconteça, por duas razões: primeiro porque as receitas do Município vão aumentar, e aumentam todos os anos como se tem visto, e sobretudo este ano vão aumentar por força do aumento do IMI; segundo espera-se que em 2016, por exemplo, seja qualquer uma das forças partidárias ou coligação a vencer as próximas eleições legislativas que de facto já se esteja em velocidade cruzeiro para a disponibilização dos fundos comunitários, portanto há uma receita que não é uma receita ordinária do Município, e sim extraordinária, que pode fazer aumentar os valores dos orçamentos. O aumento dos orçamentos será de acordo com as possibilidades concretas de recebimentos de fundos comunitários. Além disso há outro fator, isto é, o Município não está impedido de contrair um empréstimo e, portanto, num ano em que eventualmente contraia um empréstimo essa receita poderá aumentar, sendo certo que em termos orçamentais a contabilização de empréstimo é sempre mais difícil. Provavelmente, terá de vir à Assembleia Municipal fazer a alteração do orçamento por uma razão: é que só se pode contabilizar em termos orçamentais os empréstimos caso eles estejam já muito próximos de serem efetivados, aprovados, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. A Câmara Municipal para contabilizar um empréstimo no ano de 2016 terá de tratar de todos os procedimentos de autorização, quer da Assembleia quer da Câmara Municipal, durante o ano de 2015. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que em relação à intervenção do CDS, na pessoa do senhor deputado Mário Castelhana, que não se sabe se de propósito, fala dos sintéticos e de um protocolo/acordo com a BETEL, quer acreditar que não é inocente. Não é a primeira vez que trazem questões sobre as IPSS's para a questão política e o senhor deputado chama à atenção que não há, a não ser que o senhor Presidente tenha alguma coisa em gaveta em sintético, rigorosamente nada com a BETEL. O senhor Juan Carlos pede, por favor, para se respeitarem as IPSS's e não se fazerem comparações, e devem imaginar o porque de falar desta maneira. O CDS fala e muito bem dos catorze anos de governação do PSD e o PSD tanto na Assembleia Municipal como nos executivos respeita o passado, e aqui todos respeitam o passado das anteriores Assembleias Municipais, e lembrar que o PAEL foi aprovado por unanimidade. Entretanto, quis felicitar, e concordando com o deputado Filipe Mendonça Ramos, a qualidade do documento e a qualidade da informação que é prestada mostram a preocupação, a transparência, a clareza e a seriedade demonstradas por este executivo do PSD, sem problema nenhum. O que acontece muitas vezes é que se fazem interpretações erradas quando há excesso de informação, mas o excesso de informação não faz mal a ninguém e é um sinal de separação entre a política e a gestão que na ótica do PSD é importante. Com isto tudo o senhor deputado quis dizer que estas contas mostram o que o executivo conseguiu, ou seja, conseguiu diminuir a dívida e conseguiu fazer investimento. Uma vez que falaram

nos catorzes anos se repararem houve um aumento de registo de imobilizado de sete milhões e meio de euros. O senhor Juan Carlos referiu que também podia ser um pouco desonesto intelectualmente e dizer *“estas são as contas de 2014. Está um aumento de investimento de sete milhões e meio de euros. Está lá. É claro que isto também se reflete das obras que foram concluídas em 2014, obras em curso e foram atiradas cá para o relatório de contas. Mas também há obras que foram começadas e estão a ser desenvolvidas que não estão neste relatório. Já que falámos na governação dos catorze anos, estão lá, o aumento de investimento nestas contas de 2014 sete milhões e meio de euros.”*-----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que concorda com a intervenção do senhor deputado Juan Carlos Martins e dizer que se associa, como se associou à intervenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos, dizendo que esta deve ser a postura da Câmara Municipal e dizendo, sobretudo, mais uma vez, quanto à qualidade da informação prestada deriva muita dela daquilo que são as obrigações legais a que o Município está obrigado a cumprir, tal como todos os outros Municípios. A certificação legal de Contas, por exemplo, que deixa tranquilos os senhores deputados que votem favoravelmente porque existe uma entidade que tem essa obrigação de certificar as contas e dizer que elas estão corretas e que aquilo que aqui aparece corresponde à realidade do Município. Assim sendo, os senhores deputados poderão votar favoravelmente porque estas contas refletem aquilo que é o ano contabilístico de 2014. Não votar a favor significa só uma questão política e não outra. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu para voltar a usar da palavra e referiu que teria muito para dizer relativamente àquilo que aqui foi dito, quer a honestidades, quer dos valores acrescentados, dos ativos e dos imobilizados, contudo não vai perder tempo com isto mas, há duas coisa que o senhor deputado não quis deixar passar. A primeira delas tem a ver com a honestidade intelectual, invocada aqui pelo senhor Presidente da Câmara, e referiu que *“o senhor Presidente não é mais honesto do que ninguém, fique a saber disso. E se fala em honestidade intelectual eu apelava para que o senhor quando faz as previsões o fosse intelectualmente honesto para que não tivesse estas disparidades tão grandes relativamente àquilo que é previsto e àquilo que é executado, ou então aqui há incompetência exagerada, também, ou há inteligência fracassada, que ainda é mais grave. E ficamos por aqui. De facto cria aproveitar, também, para, e em nome da honestidade intelectual que eu entendo possuir, que quando abordo aqui a questão da BETEL, numa questão que levantei aqui ao senhor Presidente, e que não me respondeu, mas fica para a próxima, eu queria dizer, talvez, o dinheiro dos protocolos que foi assinado não com a BETEL, embora a BETEL é que utilize esse nome na área desportiva, mas sim com a Junta de Freguesia. Mas eu queria pedir desculpas porque, efetivamente, houve aqui um engano e eu queria referir-me, precisamente, ao protocolo assinado com a Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, para a Freguesia de Ponte de Vagos, seja ele explorado pela BETEL ou por outra associação, a Junta de Freguesia de certeza é que não vai jogar à bola. Aqui fica o reparo senhor membro da Assembleia Juan, as minhas desculpas. Outra questão, e uma vez que fala em honestidade intelectual senhor presidente, digo-lhe aqui só duas coisas onde o senhor foi contraditório: quando diz que não vale a pena fazer orçamentos não sei quantos e continua a ter 30%, que é um 1/3 de desvio de execução; quando o senhor fala, depois, em honestidade intelectual e diz que depois há de vir ai uma época eleitoral e que pode ser que venha a coisa mais não sei quantos e tal. Está a ver? Isso é honestidade intelectual e*

quero-lhe reconhecer que isso é honestidade intelectual. Mas, nós vamos começando a perceber de facto as suas motivações. Agora, uma coisa me deixou surpreendido quando abordou a questão dos tempos médios de pagamento e o senhor acaba por dar a volta, e pinta aí a manta da maneira que quer, e chega ao fim com uma habilidade e diz que até podia ter pago mas não paguei. Isso deixa-me preocupado, efetivamente, acho muito estranho porque é que o senhor não pagou se tinha dinheiro. O senhor não pagou porque não tinha dinheiro, de certeza absoluta, penso eu senão teria pago, penso eu, estou eu a pensar em voz alta. E, então, se tinha dinheiro e não pagou eu acho que isso não foi um bom procedimento, nem nada que se pareça. Relativamente ao despesismo e a diferença entre despesismo e despesa deixamos isto para uma próxima Assembleia.” -----

----- O senhor Presidente retomou a palavra e referiu que tem alguma dificuldade em responder às questões que o senhor deputado Mário Castelhana coloca, porque começa a pensar que não está na mesma Assembleia onde estão todos. O senhor presidente diz uma coisa e o senhor deputado diz outra. *“Execução de 1/3? Como é que o senhor pode dizer que é intelectualmente honesto quando diz aqui que a execução do Município é 1/3 daquilo que foi a previsão? Como é que pode dizer uma coisa dessas? E dizer que é honesto intelectualmente. A execução foi 71% e o senhor diz que a execução foi 1/3 e 1/3 são 33%. Assim como se enganou já por diversas vezes na referência à BETEL, já não é a primeira e isso é que eu chamo desonestidade intelectual. Sabe porquê? Porque depois se passa sem uma retificação as pessoas que aqui estão vão a pensar que o senhor tem razão. O senhor disse aqui que eu que disse que fiquei com dinheiro e que não paguei a dívida. Quando é que eu disse isso? Tomaria eu que a Câmara Municipal tivesse mais dinheiro para pagar mais dívida e chegarmos aqui com uma redução de dívida e de em vez de um milhão e quatrocentos mil euros ser um milhão e setecentos ou um milhão e oitocentos, tomaria eu. Aquilo que eu lhe disse é que no final deste ano o objetivo da Câmara Municipal, e meu, é que a Câmara não tenha pagamentos em atraso e, portanto, que diminua os prazos médios de pagamento com os seus fornecedores. Não ter pagamentos em atraso é um objetivo que nós não somos obrigados a cumprir, o que nós somos obrigados é todos os meses a reduzir os pagamentos em atraso. Só que acho que é perfeitamente razoável que a Câmara Municipal seja mais cumpridora do que aquilo que tem sido. Agora, é bom não deturpar as coisas. Quando o governo do PSD e do CDS chegou ao poder em 2011 houve uma série de cortes, aliás alguns já foram feitos no anterior governo, que foram feitos. As transferências para as autarquias locais só nos primeiros dois anos estamos a falar de menos três milhões de euros anos para a autarquia. As autarquias passaram por graves dificuldades por força de circunstâncias socioeconómicas que o país atravessou. Agora, o que o senhor não pode fazer é vir para aqui dizer onde é que estão os quatro milhões de euros de redução dívida que o Município diz que ia ter. Eu nunca disse que isso ia ser num ano. Isso é que é desonestidade intelectual. Eu sempre disse e está escrito e gravado que essa redução de dívida foi feita em quatro anos à média de um milhão de euros ao ano. E o senhor o que disse aqui é uma coisa completamente diferente e é isso que eu chamo de desonestidade intelectual. Eu não acho que o senhor seja desonesto, quero que isto fique claro. Eu já o conheço há muitos anos e, enfim, com as nossas divergências, não acho que o senhor seja desonesto, que fique claro. Agora, quando o senhor diz uma coisa para ver se passa, dizer aqui que a Câmara gastou duzentos e cinquenta milhões de euros em dez anos. Oh senhor deputado,*

digo, disse e repito é desonestidade intelectual, porque essa não foi a execução financeira do Município, e já o disse por várias vezes. Não o disse hoje mas disse-o noutras ocasiões, está gravado senhor deputado. E o senhor se quer ter uma discussão intelectualmente elevada como houve aqui com todos os outros membros que pediram para intervir tem que colocar as coisas no ponto certo ou seja, faça as questões e não coloque na minha boca coisas que eu não disse. E, portanto, aí discutimos e eu sou transparente naquilo que o senhor quiser ver. Aliás, eu quero saber qual é a pergunta que eu não respondi, tomei nota delas todas, procurei responder uma a uma, se houve uma que não respondi solicito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que pergunte ao senhor deputado para que eu possa esclarecer qual foi a pergunta que eu não respondi.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o senhor deputado Mário Castelhana quanta à questão que faltava responder ao que ele informou que foi a questão de “onde é que estão inscritas as verbas assumidas com os clubes, e aqui até referi a BETEL, que não é, Calvão, Sozense e CRAC, relativamente aos sintéticos?” -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que já respondeu a essa questão mas vai voltar a responder. Assim sendo, “ ao Calvão já pagamos há mais de um ano e meio. Relativamente à dívida do CRAC, do Sozense e da Junta de Freguesia da Ponte de Vagos se não aparece aqui na listagem, que é isso que eu ia agora confirmar, é por uma razão: é que a dívida de 2014, a dívida que foi tida e comprometida em 2014 foi inteiramente paga. Depois, há dívida que não corresponde ao exercício de 2014 mas corresponderá ao exercício de 2015 que será paga, aliás parte dela até já foi paga no exercício de 2015. E eu respondi-lhe a esta questão mas respondi novamente sem nenhum problema. O senhor deputado que aprovou aqui um cronograma financeiro de pagamento, que aliás vai aos fundos disponíveis. O senhor aprovou aqui a proposta que estava dividida em dois anos, provavelmente na listagem dos pagamentos verificará que foram pagos em 2014 determinados valores à Associação Desportiva e Cultural Sozense, ao CRAC e à Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e depois não vê porque a dívida a 31 de dezembro não existe. O que era previsto pagar em 2014 foi pago em 2014 e há dívida que só é dívida em 2015 e que ainda não foi toda paga, háde ser paga. O Calvão não procure, não perca grande tempo a procurar, porque não vai aparecer. Se calhar se for ao exercício de 2013 ou 2012 aí poderá encontrar.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e referiu que provavelmente o senhor Mário Castelhana está a confundir o conceito de dívida com o conceito de endividamento. O conceito de endividamento só algum é que aparece definido na prestação de contas. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 7 (sete) votos contra, dos senhores deputados Fernando Vieira, César Grave, Ana Paula Mourão, Óscar Pascoal, António Bastião, Diana Cartaxo e Mário Castelhana, e 3 (três) abstenções dos senhores deputados Filipe Mendonça Ramos, Mário Tarenta e Carla Gouveia. No momento da votação não estavam presentes os senhores deputados Albano Gonçalves e Madalena Pinto, que se ausentaram às 20h 10m e 20h 45m respetivamente, pelo que não participaram na votação. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público usou da palavra a senhora Cesarina Grave e informou de que é produtora de flores de corte há já quase vinte anos, explora um espaço de loja de flores e, neste momento, estou a ser confrontada pela situação dos supostos orçamentos que a florista do cemitério de Vagos faz. Assim sendo, veio a esta sessão para perguntar se realmente existe espaço de flores no cemitério de Vagos, ou não. E isto porquê? Porque se existe espaço, realmente, como existe no cemitério de Aveiro a senhora Cesarina terá que retirar o que disse, se não existe a senhora entende que não é justo o que está a acontecer, neste momento. A senhora Cesarina explicou porque é que veio aqui pedir este esclarecimento e referiu que não consegue comparar os seus preços com os que estão a ser feitos pela senhora que vende no cemitério que apresenta preços muito mais baixos. A senhora Cesarina esclareceu que não é a venda das flores que afeta o seu negócio, o que afeta o seu negócio são os preços praticados pela senhora que está a prestar o serviço. Os preços são muito mais baixos do que os da senhora Cesarina, ou outra florista qualquer, possa fazer. No cemitério de Aveiro este negócio também existe mas existe de uma forma justa, ou seja, a Câmara Municipal de Aveiro abriu um concurso, a florista que lá está concorreu, está a pagar uma renda à Câmara, tudo feito de forma justa e legal, de acordo com o caderno de encargos. Em Vagos não é assim que está a ser feito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder à senhora Cesarina e informou de que também só teve conhecimento desta situação na última reunião de câmara, pela senhora Vereadora Maria do Céu, e solicitou à senhora Vereadora que tem o pelouro que verificasse o que se estava a passar em concreto. O que o senhor Presidente pode aqui dizer, e em resposta à senhora Cesarina, é que essa situação se acontecia deixará de acontecer. -----

----- A senhora Cesarina voltou a usar da palavra e referiu que não é contra este tipo de trabalho, antes pelo contrário, acha muito bem e deveria existir em todos os cemitérios do país mas de uma forma legal e não de uma forma ilegal como tem estado a decorrer aqui em Vagos. Se realmente existisse este tipo de trabalho no cemitério de Vagos de uma forma legal a senhora Cesarina tem quase a certeza que esta senhora não estaria a praticar os preços que está a praticar. Ela teria de praticar preços comparados, por exemplo, aos da senhora Cesarina. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e garantiu à senhora Cesarina que se esta situação se verifica, e não é duvidar do que disse mas tem de ser averiguada, vai deixar de se verificar. Entretanto, a ideia que a senhora Cesarina está a deixar é uma outra ideia e que parece muito bem. O senhor Presidente referiu que é uma questão a ponderar no futuro e agradece a intervenção da senhora Cesarina. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor David Nunes para perguntar ao senhor Presidente da Câmara o porquê da câmara ter construído um muro a um particular, em frente ao Lar de São Martinho, Freguesia de Ouca. O senhor perguntou, também, porque é que deixou sair de Ouca a empresa Recivagos, que se quis instalar no Parque Industrial de Soza e a Câmara não autorizou. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao senhor David Nunes e referiu que relativamente ao muro, que a Câmara terá feito a um particular, desconhece a situação mas irá

informar-se junta da senhora Presidente de Junta para saber o que se passou. Quanto à questão da Recivagos não corresponde à verdade, ou seja, a Recivagos procurou diversas soluções. A Câmara tentou encontrar diversas soluções para a Recivagos mas havia sempre uma questão que tinha a ver com o pagamento dos terrenos. A Recivagos tinha que adquirir os terrenos e não arrendá-los como era sua pretensão, portanto, não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Aliás o senhor Vice-Presidente passou diversas horas com os investidores em negociação e não conseguiram chegar a acordo. Este era um serviço que interessava ter no Concelho de Vagos mas não foi possível e agora põe-se a questão do que é que a Recivagos vai fazer aquilo que tem naquele espaço que não está de facto a dignificar nada a Freguesia de Ouca nem o Concelho de Vagos. Esta é que é uma questão pertinente e o senhor Presidente irá tomar as devidas providências porque foi chamado à atenção há uns dias e foi verificar e, de facto, o que lá está é que tem de ser removido. Agora, em relação à Recivagos não houve mais nada que a Câmara Municipal pudesse fazer no sentido de manter esse investimento no Concelho de Vagos que era um investimento que interessaria manter como tantos outros. Se a Câmara Municipal anda a atrair investimento de fora quererá, muito mais, manter o de cá, tendo em conta que é um investimento que até é útil para as pessoas. Este era um local onde as pessoas podiam depositar os seus resíduos de construção e demolição. Da parte da Câmara Municipal tudo foi feito para que a Recivagos se mantivesse no Concelho de Vagos e isso pode ser comprovado junto dos serviços técnicos da Câmara Municipal que têm conhecimento de toda a situação. -----

----- Não havendo mais público a intervir o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhor Victor Fernando Santo Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** _____